

Documento revela inviabilidade a deputados

Carlos Menandro

No dia 20 do mês passado, quatro membros da bancada do Distrito Federal na Assembleia Nacional Constituinte — os deputados Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (PMDB), Geraldo Campos (PMDB), Augusto Carvalho (PCB) e o senador Pompeu de Sousa (PMDB) — receberam um documento técnico que demonstra a inviabilidade do projeto de despoluição do Lago Paranoá, que a Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb) pretende executar. O mais surpreendente é que o documento é uma carta do próprio projetista da obra, James L. Barnard, diretor da Meiring & Vennote Ing/Meiring & Partners Inc, consultoria da África do Sul.

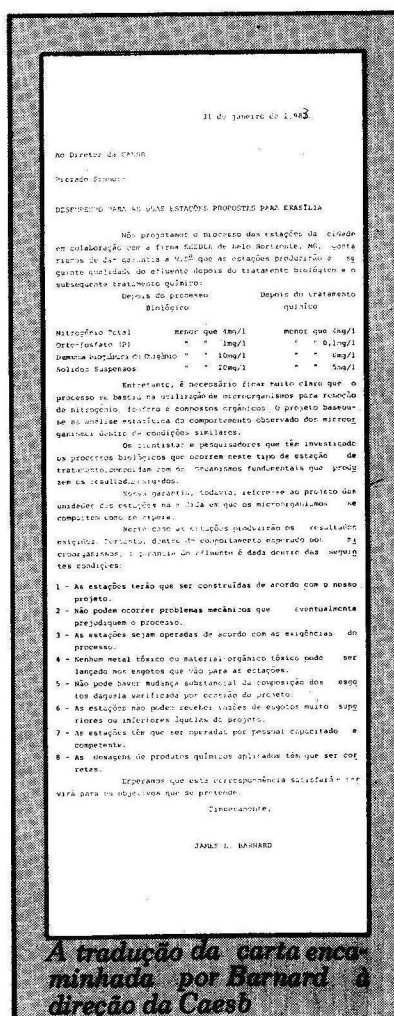
As recomendações do documento do projetista sul-americano são tão incisivas que levaram o senador Pompeu de Sousa a expor publicamente a carta de Barnard, no Programa da Cidade, da TV Brasília. Isso não bastou para que a operação fosse revista, obrigando os três parlamentares do PMDB, mais o presidente regional do partido no DF, Milton Seligman, a enviarem uma nota ao governador José Aparecido, exigindo que a Caesb apresente o Relatório de Impacto Ambiental (Rima). Além disso, exigiram ainda que o relatório seja feito pela Universidade de Brasília e, depois de concluído, seja apreciado e debatido em audiência pública, onde a população possa questionar e entender o projeto recomendado.

O projeto da Caesb

O Programa de Recuperação do Lago Paranoá que a Caesb pretende implantar, prevê o tratamento, a nível terciário, dos esgotos que formam a bacia do Paranoá, removendo os nutrientes que permitem a proliferação de algas no Lago. Essa superpopulação de algas é que provoca o processo tecnicamente conhecido como eutrofização, ou seja, falta de oxigênio na água.

Esse processo ocasiona a morte, em grande escala, de todo o sistema vital que o Lago tem, como peixes e as próprias algas, que ficam submersas, umas sobre as outras. A morte destas algas provoca um mau-cheiro insuportável, parecido com o que aconteceu em 1978.

Esse projeto elaborado pela Sociedade de Engenharia Emilio Baumgarten (Seebela), em 1981, previa uma população de 700 mil



A tradução da carta encaminhada por Barnard à direção da Caesb

habitantes para toda a bacia. E foi esse projeto, com o condicionamento da população em 700 mil habitantes, que o consultor sul-africano James Barnard aprovou.

Documento

No documento enviado aos parlamentares do Distrito Federal, James Barnard explicou que as estações só produzirão os resultados exigidos se forem seguidas as seguintes recomendações: «1 — As estações terão que ser construídas de acordo com o nosso projeto.

2 — Não podem ocorrer problemas mecânicos que eventualmente prejudiquem o processo.

3 — As estações sejam operadas de acordo com as exigências do processo.

4 — Nenhum metal tóxico ou material orgânico tóxico pode ser lançado nos esgotos que vão para as estações.

5 — Não pode haver mudança substancial da composição dos esgotos daquela verificada por ocasião do projeto.

6 — As estações não podem receber vazões de esgotos muito superiores ou inferiores àquelas do projeto.

7 — As estações têm que ser operadas por pessoal capacitado e competente.

8 — As dosagens de produtos químicos aplicados têm que ser corretas».

Segundo estudos técnicos do próprio Governo do Distrito Federal, a obra de despoluição do Lago Paranoá já estaria inviabilizada, baseada, apenas, nas recomendações de Barnard. Partindo do quarto ponto da carta, com a proibição do lançamento de qualquer tipo de metal tóxico ou material orgânico, o processo de tratamento já entraria em «colapso», pois na bacia do Paranoá existem hospitais e uma universidade, a UnB, que trabalham com estes materiais e que são, posteriormente, lançados na rede de esgoto sem nenhum tratamento.

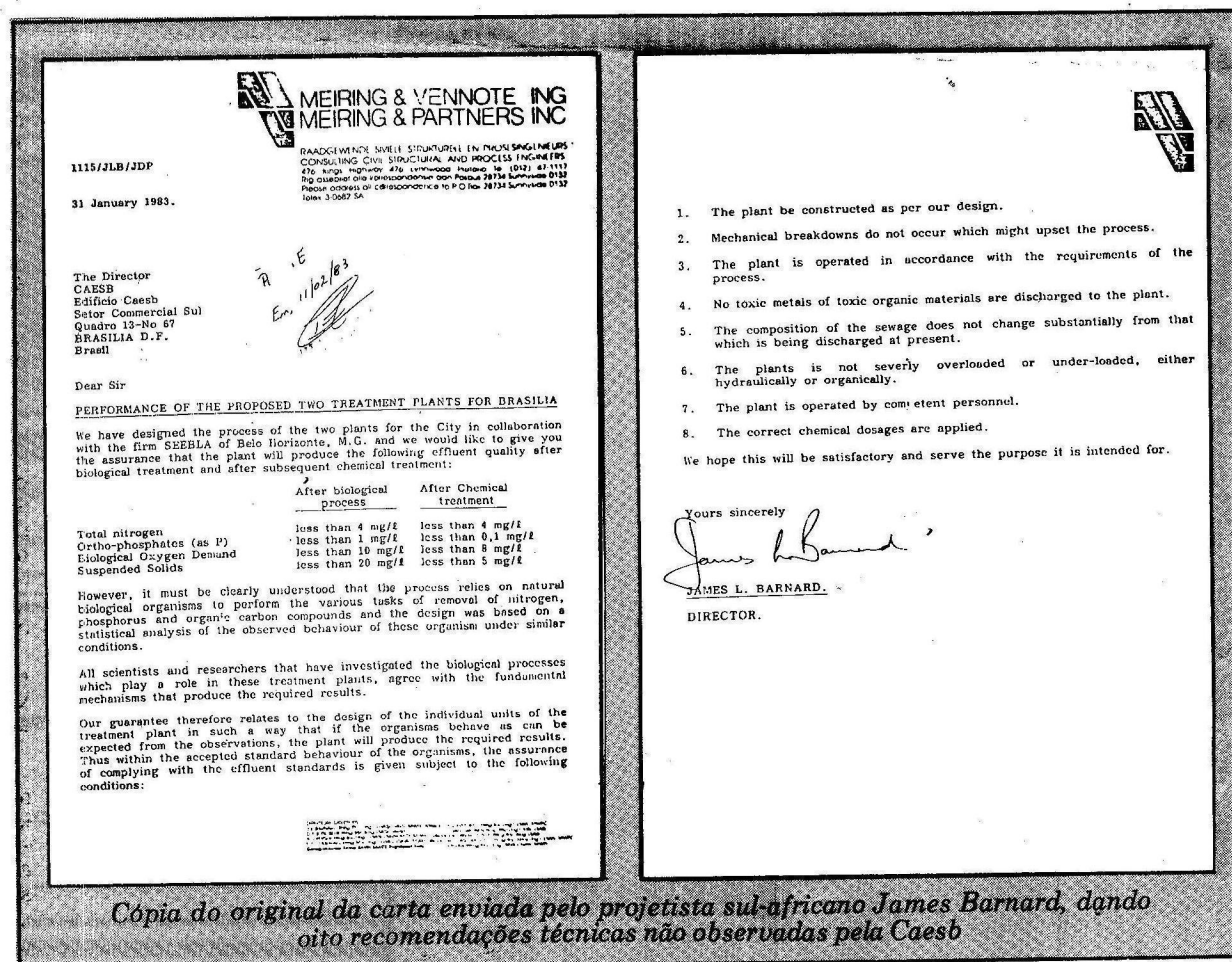
Outro aspecto — e este bem salientado pelo senador Pompeu de Sousa, no programa da TV Brasília — refere-se às vazões dos esgotos, que não podem ser menores nem superiores ao previsto no projeto. «Se a população tiver uma diarreia ou mesmo uma prisão de ventre, todo o sistema de despoluição vai por água abaixo», exemplificou o senador do PMDB.

O mais importante, porém, é que todo o projeto feito pela Seebela e aprovado por Barnard, está montado para atender a uma população de 700 mil habitantes. A Caesb, no entanto, quer executar o mesmo projeto sabendo que o Governo do Distrito Federal, como alternativa para atender ao crescimento populacional, aprovou, através do seu Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma), um plano de expansão do Plano Piloto.

O polêmico «Plano Lúcio Costa» prevê a criação de duas novas áreas habitacionais, com a extensão da Asa Sul e da Asa Norte. A previsão do plano é abrigar, nessas duas novas áreas, uma população de 1 milhão e 900 mil habitantes. Portanto, um número muito superior ao projeto aprovado por Barnard, mas que a Caesb não levou em conta ao assinar os contratos com as empreiteiras para despoluir o Paranoá.



A água depositada em baldes pode ser a causa do aumento nos casos de diarreia nas crianças



Cópia do original da carta enviada pelo projetista sul-africano James Barnard, dando oito recomendações técnicas não observadas pela Caesb